

Primeira Parte

I

Desde fins de 1811 começou o armamento intensivo e a concentração de forças da Europa Ocidental, e em 1812 essas forças, milhões de homens (contando com aqueles que transportavam e alimentavam o exército), movimentaram-se de oeste para leste, para as fronteiras da Rússia, onde de igual modo se concentravam, desde 1811, as forças russas. Em 12 de junho as forças da Europa Ocidental atravessaram a fronteira da Rússia, e começou a guerra, ou seja, deu-se um acontecimento contrário à razão e a toda a humana natureza. Milhões de homens cometiam, uns contra os outros, uma quantidade tão inumerável de vilanias, enganos, traições, roubos, falsificações e emissões de dinheiro falso, pilhagens, incêndios e assassinios, que nem em séculos os anais de todos os tribunais do mundo os conseguirão reunir, e que, durante esse período, não eram considerados crimes pelas pessoas que os cometiam.

O que produziu esse acontecimento extraordinário? Quais foram as suas causas? Os historiadores dizem, com ingênua convicção, que as causas desse acontecimento foram a ofensa cometida contra o duque de Oldemburgo, a não observância do bloqueio continental¹, a ânsia de poder de Napoleão, a firmeza de Alexandre, os erros diplomáticos, etc.

Por conseguinte, bastava que Metternick, Rumiántsev ou Talleyrand, entre uma audiência e um sarau, fizessem um pequeno esforço e escrevessem um despacho mais hábil, ou que Napoleão escrevesse a Alexandre: *Monsieur mon frère, je consens à rendre le duché au duc d'Oldenbourg** — e não haveria guerra.

Compreende-se que o caso se apresentasse assim aos contemporâneos. Compreende-se que Napoleão achasse que a causa da guerra eram as intrigas da Inglaterra (como ele disse na ilha de Santa Helena); compreende-se que aos membros do parlamento inglês parecesse que a causa da guerra fosse a ânsia de poder de Napoleão; que o príncipe de Oldemburgo achasse que a causa da guerra era a violência exercida contra ele; que os homens de negócios achassem que a causa da guerra era o bloqueio continental, que arruinava a Europa, que aos velhos soldados e generais parecesse que a

* Senhor meu irmão, concordo em devolver o ducado de Oldemburgo ao duque.

causa principal da guerra era a necessidade de fazer uso deles; que aos legitimistas desses tempos parecesse que era necessário restabelecer *les bons principes**, e aos diplomatas da época que tudo aconteceu porque a aliança entre a Rússia e a Áustria em 1809 não foi ocultada de Napoleão com habilidade e que o *memorandum* com o n.º 178 foi mal escrito. Compreende-se que estas e muitas outras causas, um número interminável delas, cuja quantidade depende da inumerável diferença de pontos de vista, se apresentassem aos contemporâneos; mas para nós, os descendentes, que observamos o acontecimento em toda a sua colossal dimensão e penetramos no seu significado simples e terrível, essas causas parecem-nos insuficientes. Para nós é incompreensível que milhões de cristãos se matassem e torturassem uns aos outros porque Napoleão tinha ânsia de poder, porque Alexandre era firme, a política da Inglaterra era astuta e o duque de Oldemburgo estava ofendido. É impossível compreender qual a ligação entre essas circunstâncias e o próprio facto do assassinio e da violência; por que motivo, devido à ofensa feita ao duque, milhares de homens do outro extremo da Europa mataram e arruinaram as pessoas das províncias de Smolensk e de Moscovo e foram mortos por elas.

Para nós, descendentes — não historiadores, não apaixonados pelo processo de investigação, e que por isso observamos o acontecimento com o senso comum não obscurecido —, as causas dele aparecem-nos numa quantidade infundável. Quanto mais aprofundamos a investigação das causas, mais numerosas elas se nos revelam, e cada causa tomada em separado ou toda uma série de causas parecem-nos igualmente justas em si mesmas, e igualmente falsas pela sua insignificância em comparação com a enormidade do acontecimento, e igualmente falsas pela sua incapacidade (sem a participação de todas as outras causas coincidentes) de produzir o acontecimento que se deu. Uma causa como a recusa de Napoleão em retirar as suas tropas para lá do Vístula e devolver o ducado de Oldemburgo parece-nos tão importante como a vontade de um primeiro cabo francês de se alistar ou não para um segundo período de serviço: porque se ele não quisesse ir para o serviço e depois outro também não quisesse, e um terceiro e um milhar de cabos e soldados, menos outros tantos homens haveria nas tropas de Napoleão e não poderia haver guerra.

Se Napoleão não se tivesse ofendido com a exigência de retirar para lá do Vístula e não tivesse mandado as tropas avançarem, não teria havido guerra; mas se todos os sargentos não quisessem alistar-se para uma segunda comissão de serviço, também não poderia haver guerra. Também não poderia haver guerra se não houvesse as intrigas da Inglaterra, e não houvesse o príncipe de Oldemburgo e o sentimento de ofensa em Alexandre, e se não houvesse po-

* Os bons princípios.

der autocrático na Rússia, e não tivesse havido Revolução Francesa e a subsequente ditadura e o império, e tudo aquilo que produziu a Revolução Francesa e assim por diante. Sem uma destas causas nada poderia ter acontecido. Portanto, todas estas causas, milhares de milhões de causas, coincidiram para produzir aquilo que aconteceu. E, por conseguinte, nada foi causa exclusiva do acontecimento, e o acontecimento devia dar-se simplesmente porque tinha de se dar. Milhões de homens, abdicando dos seus sentimentos humanos e da sua razão, tinham de ir de oeste para leste e matar os seus semelhantes, do mesmo modo que alguns séculos antes de leste para oeste avançavam multidões de homens, matando os seus semelhantes.

As ações de Napoleão e de Alexandre, de cujas palavras parecia depender que o acontecimento se desse ou não se desse, foram tão pouco voluntárias como as ações de cada soldado que avançou para a campanha por sorteio ou por alistamento. Não podia ser de outra maneira porque, para que as vontades de Napoleão e de Alexandre (os homens de quem dependia, ao que parece, o acontecimento) fossem cumpridas, era necessária a coincidência de inúmeras circunstâncias, sem uma das quais o acontecimento não poderia verificar-se. Era necessário que milhões de homens, em cujas mãos estava a real força, os soldados que disparavam, transportavam os abastecimentos e os canhões, era preciso que eles aceitassem executar essa vontade de uns homens isolados e fracos e fossem levados a isso por uma infinita quantidade de causas complexas e diversas.

O fatalismo na história é inevitável para a explicação de fenómenos irracionais (isto é, aqueles cuja racionalidade nós não compreendemos). Quanto mais tentamos explicar racionalmente esses fenómenos da história, mais irracionais e incompreensíveis se tornam para nós.

Cada pessoa vive para si, usa a liberdade para alcançar os seus objetivos pessoais e sente com todo o seu ser que pode fazer ou não fazer em dado momento uma determinada ação; mas, assim que a pratica, logo essa ação, cometida num certo momento, se torna irreversível e passa a ser património da história, na qual tem um significado que não é livre, mas predestinado.

Há dois lados da vida em cada pessoa: a vida pessoal, que é tanto mais livre quanto mais abstratos forem os seus interesses, e a vida espontânea, gregária, em que o homem cumpre inevitavelmente as leis que lhe são prescritas.

O homem vive conscientemente para si, mas serve inconscientemente de instrumento para atingir objetivos históricos, de toda a humanidade. Um ato cometido torna-se irreversível, e o seu efeito, coincidindo no tempo com milhões de atos de outros homens, adquire um significado histórico. Quando mais alto está o homem na escala social, quanto maior o número de pessoas a quem está ligado, mais poder tem sobre as outras pessoas, mais evidente é a predestinação e a inevitabilidade de cada um dos seus atos.

«O coração do rei está na mão de Deus.»²

O rei é escravo da história.

A história, ou seja, a vida inconsciente, comum, gregária da humanidade, utiliza cada momento da vida do rei para si própria como instrumento dos seus objetivos.

Embora naquele momento, em 1812, parecesse mais do que nunca a Napoleão que dependia dele *verser* ou não *verser le sang de ses peuples** (como ele escreveu na sua última carta a Alexandre), nunca como então esteve sujeito àquelas leis inevitáveis que o obrigavam (atuando em relação a si próprio, como lhe parecia, segundo o seu arbítrio) a fazer para a causa comum, para a história, aquilo que devia ser feito.

Os homens do Ocidente moviam-se para leste para se matarem uns aos outros. E, pela lei da coincidência das causas, adaptaram-se e coincidiram com esse acontecimento milhares de pequenas causas para esse movimento e para a guerra: as acusações pela não observância do bloqueio continental, e o duque de Oldemburgo, e a movimentação das tropas para a Prússia, empreendida (segundo parecia a Napoleão) apenas para alcançar uma paz armada, e o amor e o hábito do imperador francês pela guerra, que coincidia com a disposição do seu povo, o entusiasmo pelos grandiosos preparativos e os gastos com os preparativos, e a necessidade de alcançar vantagens tais que cobrissem esses gastos, e as inebriantes honrarias em Dresden, e as conversações diplomáticas, que, na visão dos contemporâneos, foram conduzidas com o sincero desejo de alcançar a paz e que apenas melindram a vaidade de uma e da outra parte, e os milhares de milhões de outras causas, que se adaptaram ao acontecimento iminente, coincidindo com ele.

Quando uma maçã amadurece e cai, porque é que ela cai? Será porque é atraída para a terra, ou porque lhe seca o pé, ou porque o sol a secou, porque fica mais pesada, porque o vento a agita, ou porque o rapazinho que estava debaixo da macieira a quer comer?

Nada disso é a causa. Tudo isso é apenas a coincidência das condições em que se dá qualquer acontecimento vital, orgânico, elementar. E o botânico que acha que a maçã cai porque a celulose se decompõe e coisas semelhantes estará tão certo e tão errado como a criança que está em baixo e diz que a maçã caiu porque ela queria comê-la e rezava por isso. Igualmente certo e errado estará aquele que diz que Napoleão foi para Moscovo porque quis ir e se perdeu porque Alexandre quis que ele se perdesse; como estará certo e errado aquele que disser que a montanha de milhões de arrobas escavada caiu porque o último operário a golpeou uma derradeira vez

* Verter [ou não] verter o sangue dos seus povos.

com a picareta. Nos acontecimentos históricos, os chamados grandes homens são rótulos que dão nome ao acontecimento, que, tal como os rótulos, têm uma ligação mínima com o próprio acontecimento.

Cada ação deles, que a eles próprios lhes parece livre, no sentido histórico não é livre, mas está em ligação com todo o curso da história e está previamente determinada.

II

Em 29 de maio, Napoleão partiu de Dresden, onde passou três semanas, rodeado da corte constituída por príncipes, duques, reis e até um imperador. Antes da partida, foi atencioso com os príncipes, os reis e o imperador que o mereciam, repreendeu os príncipes e reis com os quais estava descontente, ofereceu à imperatriz da Áustria os seus, isto é, tirados aos outros reis, diamantes e pérolas, e, depois de abraçar ternamente Maria Luísa, como diz o seu historiador, deixou-a amargurada pela separação que ela — essa Maria Luísa, que se considerava esposa dele, apesar de em Paris ter ficado outra esposa — parecia incapaz de suportar. Apesar de os diplomatas ainda acreditarem firmemente na possibilidade de paz e trabalharem aplicadamente com esse objetivo, apesar de o próprio imperador Napoleão ter escrito uma carta ao imperador Alexandre em que o tratava por *Monsieur mon frère** e lhe assegurava sinceramente que não desejava a guerra e que sempre havia de gostar dele e respeitá-lo, foi juntar-se ao exército, e em cada paragem deu novas ordens que tinham como objetivo acelerar a movimentação do exército de oeste para leste. Deslocava-se num coche de viagem puxado por seis cavalos, rodeado de pajens, ajudantes de campo e escolta, pela estrada de Posen, Thorn, Danzig e Königsberg. Em cada uma destas cidades, milhares de pessoas esperavam-no com tremor e entusiasmo.

O exército movimentava-se de oeste para leste, para onde também a ele o levavam as mudas de seis cavalos. Em dez de junho alcançou o exército e passou a noite na floresta de Wilkowiski, num alojamento preparado para ele, na propriedade de um conde polaco.

No dia seguinte, Napoleão, tendo ultrapassado o exército, dirigiu-se ao Nieman numa caleça e, para procurar um lugar de travessia, vestiu um uniforme polaco e aproximou-se da margem.

Ao ver os cossacos (*les Cosaques*) na outra margem e as extensas estepes (*les Steppes*) no meio das quais estava *Moscou la ville sainte*†, capital daquele Estado, a exemplo da Cítia para onde se dirigira Alexandre Magno,

* Senhor meu irmão

† Moscovo, cidade santa.